

Coleção do NAD

Volumes publicados – Núcleo de análise do discurso

1. Teorias e práticas discursivas: estudos em análise do discurso (1998)
2. Fundamentos e dimensões da análise do discurso (1999)
3. Categorias e práticas de análise do discurso (2000)
4. Análise do discurso: fundamentos e práticas (2001)
5. Ensaio em análise do discurso (2002)
6. Análise do discurso em perspectivas (2003)
7. Gênero: reflexões em análise do discurso (2004)
8. Análise do discurso e literatura (2005)
9. Movimentos de um percurso em análise do discurso: memória acadêmica do núcleo de análise do discurso da fale/ufmg (2005)
10. Análise do discurso, gêneros e sociedade (2006)
11. As emoções no discurso – vol. 1 (2007)

Para maiores informações, visite nosso site: www.lettras.ufmg.br/nad



As emoções no discurso

vol. 1

Ida Lucia Machado
William Menzes
Emília Mendes
(orgs.)



LUCERNA
Rio de Janeiro

Pathos e discurso político¹

Patrick CHARAUDEAU
(Tradução de Emília Mendes)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Anteriormente, tratei da questão das emoções em relação ao discurso das mídias, mais particularmente da televisão, quando participei de um congresso ocorrido em Lyon no ano 2000. Assim sendo, neste primeiro momento, me contentarei somente em retomar alguns pontos que já desenvolvi até então e que servirão de considerações no desenrolar de minha apresentação.

Inicialmente, não entrarei na discussão em torno da escolha dos termos mais adequados a serem utilizados para se falar desta questão: *pathos*, *emoção*, *sentimento*, *afeto*, *paixão*. Cada um destes termos é suscetível de abarcar uma noção específica e podemos garantir que cada uma destas noções depende de um ponto de vista teórico também específico. No que me concerne, contento-me, simplesmente, em dizer que seria necessário diferenciar a noção de “sentimento” da noção de “emoção”. Parece-me que a primeira seria muito mais ligada à ordem da moral, enquanto que a segunda seria, sobretudo, ligada à ordem do sensível. No entanto, isso mereceria um longo desenvolvimento, razão pela qual, no estudo que se segue, empregarei estes termos indiferentemente um pelo outro.

As emoções como representação social

Lançaremos a hipótese de que as emoções se originam de uma “racionalidade subjetiva” porque – e isso nos vem da fenomenologia – emanam de

¹ Nota da tradutora: até a finalização da presente edição, este artigo no original em francês não havia sido ainda publicado. Trata-se de uma comunicação feita no colóquio “Pathos em ação: o uso das emoções no discurso”, ocorrido de 23 a 24 de setembro de 2005, em Brest (Universidade da Bretanha ocidental).

um sujeito do qual se supõe ser fundado de “intencionalidade”. São orientadas em direção a um objeto “imaginado” já que este objeto é extirpado da realidade para se tornar um “real” significante. A relação entre esse sujeito e esse objeto se faz pela mediação de representações. É pelo fato das emoções se manifestarem em um sujeito “em função de” alguma coisa que esse sujeito se faz representar enquanto tal. Digamos que seja por isso que essas emoções podem ser ditas *representacionais*. A piedade ou o ódio que se manifesta em um sujeito não é o simples resultado de uma pulsão, nem se mede somente como uma sensação de excitação, como um aumento da adrenalina. A emoção pode ser percebida na representação de um objeto em direção ao qual o sujeito se dirige ou busca combater. E como estes conhecimentos são relativos ao sujeito, às informações que ele recebeu, às experiências que ele teve e aos valores que lhe são atribuídos, pode-se dizer que as emoções, ou os sentimentos, estão ligados às crenças². Estas crenças “se apóiam sobre a observação empírica da prática das trocas sociais e fabricam um discurso de justificação que instala um sistema de valores erigidos em forma de norma de referência”³. Logo, essas crenças testemunham, ao mesmo tempo, “uma relação de “desejabilidade” que o grupo social empreende com sua experiência da cotidianidade e um tipo de comentário de inteligibilidade que é produzido sobre o real, uma espécie de metadiscorso revelador de seu posicionamento”⁴. É nesse sentido que se pode dizer que uma morte não vale uma morte do ponto de vista de seu efeito patêmico. De acordo com quem a vivencia – médico, soldado, amigo, parente ou telespectador – a mediação representacional varia fazendo também com que se varie o efeito emocional.

Emoções e efeitos possíveis

Em uma perspectiva da análise do discurso, os sentimentos não podem ser considerados nem como uma *sensação*, nem como um *experimentado*, nem como um *expresso*, pois, se de um lado, o discurso pode ser portador e desen-

² Retomamos aqui nossa análise desenvolvida em “Une problématisation discursive de l’émotion. A propos des effets de pathémisation à la Télévision”. In: PLANTIN *et al.*, *Les émotions dans les interactions*. Arci/Presses Universitaires de Lyon, 2000, p 125-155.

³ Charaudeau, P. *Les médias et l’information. L’impossible transparence du discours*, De Boeck-Ina, Bruxelles, 2005.

⁴ *Ibid.*, p.47.

cadeador de sentimentos ou emoções, de outro, não é nele que se encontra a prova de autenticidade do que se sente. Não se pode confundir, de um lado, o efeito que pode produzir um discurso em relação ao possível surgimento de um sentimento e, de outro, o sentimento como emoção sentida. O que é sentido, por outro lado, nunca é refutável. Uma emoção sentida, se ela é autêntica, ocorre como um surgimento incontível e nenhum discurso nada pode diante disso. A razão não tem nenhum domínio sobre a emoção. Por outro lado, um discurso que visa a produzir uma emoção é, por si próprio, refutável: por exemplo, podemos replicar a alguém que tenta nos sensibilizar “você pode se fazer de vítima, mas você não vai me comover”. Da mesma maneira, podemos explicar ou até mesmo justificar a expressão de uma emoção que julgamos vergonhosa.

Isso nos incita a tomar partido de uma “retórica dos efeitos”, noção esta já presente em alguns retóricos da antiguidade, como o recorda R. Barthes, e em particular na obra de Aristóteles: persuadir um auditório consiste em produzir nele sentimentos que o predispõe a partilhar o ponto de vista do orador. O sentimento não deve ser confundido com sua expressão (mesmo se esta puder desempenhar um papel determinado), será considerado como um efeito possível que poderá suscitar uma determinada ativação do discurso junto a um determinado público, em uma dada circunstância.

Os traços semiológicos das emoções

Existem traços próprios às expressões das emoções que serviriam de suporte ao receptor para, se não para ele próprio experimentá-los, pelo menos especificá-los? A resposta não é fácil, pois, em se tratando da linguagem verbal, da linguagem da imagem ou de outros meios de expressão tais como os gestos ou as mímicas, o emprego das palavras ou dos traços icônicos, não constituiriam necessariamente a prova da existência de uma emoção. Palavras como “cólera”, “horror”, “angústia”, “indignação” etc. designam estados emocionais, mas não provocam, necessariamente, emoção. Pode acontecer que seu emprego tenha um efeito contra-produtivo: explicitar um estado emocional poderia ser interpretado como um faz-de-conta, porque, como se diz em determinadas culturas, “a verdadeira emoção não é dita, é sentida”. Outras palavras como “vítima”, “assassinato”, “crime”, “massacre”, imagens de sangue, de destruição, de inundação, de desmoronamentos que são em parte ligadas aos dramas do mundo, exclamações (Ah!, Oh! Nossa!) são suscetíveis de expressar ou en-

gendrar medos, sofrimentos, horrores, mas são somente “susceptíveis”. O que se pode dizer é que estas palavras e estas imagens são, cada vez menos, “bons candidatos” para o desencadeamento de emoções⁵. Mas tudo depende do ambiente em que essas palavras estão, do contexto, da situação na qual se inscrevem, de quem as emprega e de quem as recebe.

Categorias patêmicas

Enfim, último ponto, eu havia tentado categorizar efeitos patêmicos a partir de procedimentos de encenação na televisão. Não os redefinirei aqui, mas retomarei o que havia denominado “tópicas do *pathos*”, já que podem ser úteis no tratamento do discurso político: tópica da “dor” e seu oposto, “o prazer”; tópica da “angústia” e seu oposto, a “esperança”; tópica da antipatia e seu oposto, a “a-simpatia”. Cada uma destas tópicas era definida em termos de *cenário* e de *figura* (tristeza-sofrimento/contentamento-satisfação; medo-terror/coragem-afiança-apelo; cólera-aversão/ benevolência-compaixão) marcando um certo *lugar* (adesão/distância) do telespectador⁶.

PROPOSIÇÃO

Para podermos discutir as noções que constituem o objeto de um debate, é preciso dizer qual é o quadro teórico no qual o inscrevemos. O meu é, em uma perspectiva da análise do discurso, o quadro da problemática da influência que definí em diversos escritos e que me contentarei em resumir aqui muito brevemente. Uma problemática da influência que recai sobre quatro princípios: (i) um *princípio de alteridade* que diz, em uma filiação fenomenológica, que a consciência da existência de si depende da percepção da existência do outro e de seu olhar: não na “Mim sem Ti”, o que, transposto para o domínio da linguagem por E. Benveniste, torna-se não há “Eu sem Tu” e reciprocamente; (ii) um *princípio de influência* propriamente dito que diz que o outro constitui uma ameaça – pelo menos uma interrogação (a síndrome do Persa de Montesquieu) – neste caso, o sujeito falante deve tentar fazer com que o outro entre em seu universo de discurso; (iii) um *princípio de regulação*, pois podendo supor que

⁵ “Une problématisation discursive de l’émotion”, *op.cit.*...

⁶ “Une problématisation discursive de l’émotion”, *op.cit.*...

este outro tem, por si próprio, um projeto de influência, é preciso regular bem esse encontro *a priori* agonial; enfim, um (iv) *princípio de pertinência* que, de acordo com Sperber et Wilson, diz que é preciso tentar compreender o mundo e que, para fazê-lo, os dois parceiros do ato de linguagem recorrem a ambientes discursivos supostamente partilhados (essa é também a teoria do “dialogismo” bakhtiniano).

Estes quatro princípios que agem simultaneamente colocam, para o sujeito falante, um determinado número de problemas que é preciso resolver para haver a troca com o outro. Esses problemas podem ser descritos sob a forma de uma série de questões: como entrar em contato com o outro? Como impor sua pessoa de sujeito falante ao outro? Como tocar o outro? Como organizar a descrição do mundo que se propõe/impõe ao outro?

Entrar em contato com o outro ocorre pelo viés de um processo de enunciação que consiste em: (a) justificar a razão pela qual se toma a palavra, pois tomar a palavra é um ato de exclusão do outro (quando um fala, o outro não fala) que é preciso poder legitimar e (b) estabelecer um certo tipo de relação com o outro no qual se assegura a ele um lugar. Isso corresponde ao *processo de regulação* acima mencionado. Para a realização deste processo, o sujeito falante recorre aos procedimentos de enunciação locutivos (Alocutivo, Elocutivo, Delocutivo⁷) que estão em vigor no grupo social ao qual pertence e são constituídos pelo que a *ethnometodologia* denomina “rituais sócio-linguageiros”. A finalidade desse processo é a adesão às normas sociais de comportamento.

A questão *Como impor sua pessoa de sujeito falante ao outro* responde à necessidade que o sujeito falante possui de fazer com que seja reconhecido como uma pessoa digna de ser ouvida (ou lida), seja porque a consideramos credível, seja porque podemos lhe atribuir confiança, seja porque ela representa um modelo carismático. Trata-se, aqui, de um processo de identificação que exige do sujeito falante a construção, por si próprio, de uma imagem que tenha um certo poder de atração sobre o auditório, de forma que este conceda ao locutor a sua adesão de maneira quase irracional. É a problemática do *ethos*, particularmente importante no discurso político, mas que não tratarei aqui⁸.

⁷ Ver nossa *Grammaire du sens et de l'expression*, Hachette, Paris, 1992.

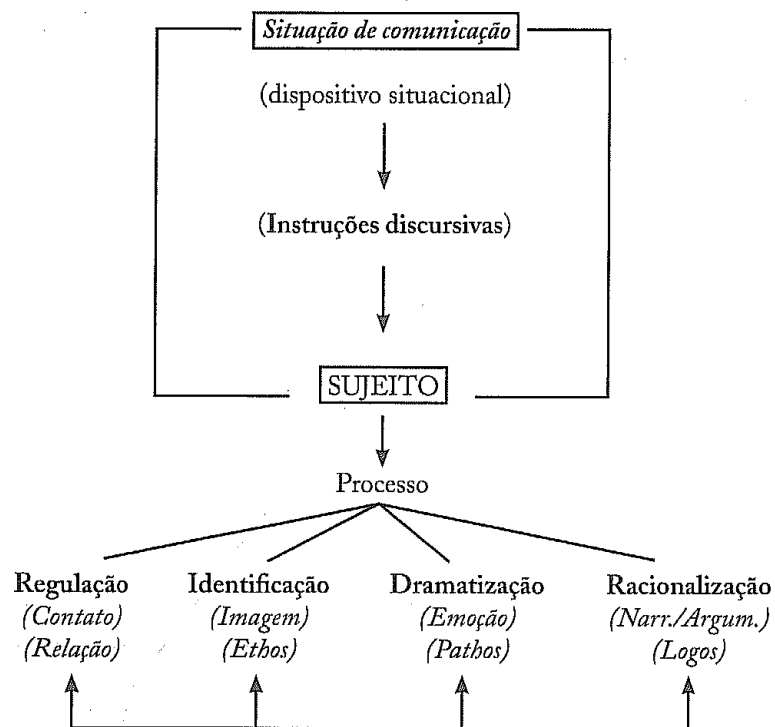
⁸ Discuti e descrevi essa categoria em meu último livro *Le discours politique. Les masques du pouvoir*, Vuibert, Paris, 2005. (Nota da tradutora – No Brasil, esse livro foi publicado como: *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz.)

A questão *Como tocar o outro* é o objetivo que o sujeito falante pode ter para fazer com que este outro não faça reflexões sobre a fala em questão e se deixe levar pelos movimentos de seus afetos. O sujeito falante então recorre a estratégias discursivas que tendem a tocar a emoção e os sentimentos do interlocutor – ou do público – de maneira a seduzir ou, ao contrário, lhe fazer medo. Trata-se de um processo de dramatização que consiste em provocar a adesão passional do outro atingindo suas pulsões emocionais. Estamos em plena problemática do *pathos*, embora esta última possa se estender às outras atitudes. É dessa problemática que tratarei aqui a propósito do discurso político.

E por fim, a questão *como organizar a descrição do mundo que propomos/imponemos ao outro*. Tal fato consiste em, de um lado, descrever e narrar os eventos do mundo e, de outro lado, em trazer explicações sobre o como e o porquê desses eventos. Para fazer isso, o sujeito falante recorre a modos de organização discursiva seguindo uma racionalidade tanto narrativa quanto argumentativa ao mesmo tempo em que lança a hipótese na qual outro poderá reconhecê-los e aderir a eles⁹. Trata-se de um *processo de racionalização* que evidentemente é, ao mesmo tempo, marcado por vários outros; também não tratarei deles aqui.

A figura abaixo representa a posição do sujeito falante colocado entre as restrições da situação de comunicação na qual se encontra e o processo que operacionaliza. No debate que opõe, de um lado, os partidários do “tudo é argumentação”, deixo para caracterizar em seu interior uma atividade mais racionalizante, tendo por finalidade a verdade (onde se pode detectar *paralogismos*) e uma outra mais persuasiva, tendo por finalidade a veracidade (onde os paralogismos não têm razão de ser). Em relação a este mesmo debate que opõe, de outro lado, os partidários de uma “distinção primitiva entre argumentação e persuasão”, escolhi uma outra posição, que consiste em estabelecer em termos de noção genérica, sobredeterminante, uma finalidade de influência que se realiza através de diversos processos – marcados pelo jogo de flechas e pontilhados – e que estão em interação constante entre si.

⁹ Ver *Grammaire du sens et de l'expression*, *op.cit.*



PATHOS E DISCURSO POLÍTICO

A fim de melhor compreender como o *pathos* intervém no discurso político e tentar descrever seus efeitos possíveis, é conveniente circunscrever, num primeiro momento, o quadro dessa prática social para, em seguida, no interior dessa prática, descrever as características gerais do discurso populista no qual mostraremos como os efeitos patêmicos são encenados.

A cena do discurso político

A fala do discurso político é uma fala que, de um lado, circula no espaço público e, de outro, se inscreve em uma cena política.

Uma fala que circula no espaço público é uma fala que é lançada sem que se tenha o total domínio dos efeitos que ela produzirá, mas com a suposição racional de que ela será interpretada de diferentes maneiras. Analisá-la nos conduz, então, a nos interrogar sobre:

- ▶ quem lança essa fala? Ela é endereçada a quem? – há a definição de qual é a identidade dos parceiros (aqui o auditório é sempre uma entidade coletiva em grande número), e sobre qual legitimidade ela se fundamenta?
- ▶ qual é a situação de comunicação e qual é o dispositivo de troca?
- ▶ qual é o objetivo de persuasão que exige visadas de credibilidade e de captação da parte da instância discursiva?

Isso nos conduz a declarar que a emoção não pode ser tratada da mesma maneira conforme a circulação da fala em um espaço privado ou em um espaço público¹⁰. Este espaço público é susceptível de ser por si só estruturado de diversas maneiras em diferentes “cenas discursivas” (científicas, jurídicas, religiosas) em meio às quais se encontra a cena política que se diferencia, apesar do que alguns preconizam, da cena publicitária e da cena midiática, mesmo que usufruam das vantagens umas das outras.

A cena política se caracteriza por um dispositivo que é posto a serviço de uma expectativa de poder. Esta última coloca em presença uma instância política e uma instância cidadã. A instância política está toda direcionada a um “agir sobre o outro” que deve ser acompanhado de uma “exigência de submissão do outro”, o que explica que essa tensão seja orientada em direção à produção de efeitos. No entanto, levando-se em consideração que em um regime democrático o poder resulta, ao mesmo tempo, de um “consentimento” (Hanna Arendt), de uma “dominação legítima” (Max Weber) e de uma “organização administrativa” (J. Habermas), a instância política é levada a exercer este poder em nome de:

- ▶ um direito do qual há uma parte que é constituída pela legitimidade atribuída pelo jogo da representatividade, da delegação do poder pelo povo e, há uma outra parte que é adquirida por estratégias discursivas de legitimação operacionalizadas pelo sujeito político.
- ▶ um *saber* e um *saber-fazer* através dos quais o sujeito político terá recurso a estratégias de construção de imagens de si mesmo, de maneira a se tornar credível aos olhos da instância cidadã (*ethos* de credibilidade) e atrativo (*ethos* de identificação)¹¹. O *ethos* de identificação coloca o problema da fronteira com os efeitos do *pathos*, já que este busca tocar o afeto do cidadão.

¹⁰ Evidentemente, seria conveniente aprofundar essas duas noções.

¹¹ Estes dois tipos de *ethos* do político são descritos em *Le discours politique. Les masques du pouvoir*, *op.cit.*

- ▶ *valores*, valores comuns, que a instância política e a instância cidadã supostamente compartilham para se fundir em um certo ideal de “viver junto”. Aqui ainda colocamos o problema da fronteira, dessa vez entre *logos* e *pathos*, já que podemos aderir emocionalmente a valores superiores.

Vê-se que o discurso político é um lugar de uma verdade de mãos atadas, de faz-de-conta, já que o que é considerado não é tanto a verdade desta fala lançada publicamente, mas sua força de “veracidade”.

A encenação do *pathos* no discurso populista

Numerosos escritos se dedicaram a tentar definir o fenômeno político que denominamos “populismo”. Não lhe daremos uma nova definição, mas é conveniente resumir algumas características recorrentes para explicar o que está na base desse tipo de discurso.

O populismo é um movimento de massa que nasce em uma situação de crise social. A massa é uma agregação de indivíduos em torno de um inconsciente coletivo dizendo que esta agregação tem a pretensão de representar o povo na sua soberania popular. O movimento é orientado contra as elites, consideradas responsáveis pela situação de crise, são impotentes para trazer uma solução reparadora e até mesmo consideradas suspeitas de proteger seus privilégios de classe dominante. Mas este movimento mais ou menos insurgente, em si mesmo não organizado (não é um movimento de partido nem sindicato), tem necessidade de se manifestar e constituir uma força de contra-poder, de se reunir sob a conduta de um líder que seja suficientemente carismático para constituir um suporte de identificação para que esta agregação de indivíduos possa se amalgamar em um Eu ideal, representante transcendental de uma nova, porém ilusória, entidade coletiva.

Assim, a reação emocional da massa face a uma crise, o julgamento das elites vistas como responsáveis e a aparição de um líder permitem que seja encenada uma dramaturgia discursiva que consiste em:

- ▶ denunciar uma *situação de declínio* da qual o povo é vítima, jogando com a tópica da “angústia”: “um milhão de imigrantes, um milhão de desempregados” proferia, sem rodeios, Jean-Marie Le Pen, há alguns anos. Quanto mais as fórmulas são simples, essencializantes e ameaçadoras, mais o efeito emocional visado terá chances de ter impacto;

- ▶ designar a *fonte do mal* sob a figura de um culpado que não deve estar determinado de forma precisa e deve deixar pairar a impressão de que age na surdina; deve, também, classificar as questões em categorias específicas (“a classe política”, “as elites frias e calculistas” ou o *établissement*, como diz Le Pen para não empregar o termo consagrado *establishment*), de onde a possibilidade de jogar com a existência de complôs:

O *établissement*, que é preciso derrubar por uma revolução de saúde pública, designa a classe dirigente que impõe hoje o seu poder. Os direitos do homem são as tábuas da Lei. Ele tem seus evangelhos segundo São Freud e São Marx, tem seu clero, seu arquiteto e seus pedreiros. O Panteon republicano é seu lugar de culto, tem seus ritos. Ele prega a moral.¹²

Encontramos aqui a tópica da “antipatia” como orientação do afeto contra um agressor ou simplesmente contra um inimigo.

- ▶ Instaurar-se como *salvador* construindo para si uma imagem de potência através de um comportamento oratório feito de “denúncias” (às vezes até mesmo de “gestos de indignação”) e do lançamento de frases de efeito ou a manutenção da ironia. Trata-se de uma categoria humorística difícil de manejar no campo político porque a ironia, tendo sempre um efeito destruidor, pode ser contra-producente, a não ser, especificamente no caso em que seja o indício de uma posição de força, que seja provocadora (permitir-se ocupar a posição do cínico). As ditas derrapagens verbais de Jean Marie Le Pen não têm outra finalidade senão a de construir para si esse *ethos* de potência para incitar seu auditório a aliar-se a ele (*pathos*). Trata-se de um *ethos* com finalidades patêmicas:

É bem evidente que, a partir de 1974, entraram em nosso país, inclusive oficialmente, vários milhões de estrangeiros. Mas é também verdade que, todos os anos, os sistemas de naturalização automática esvaziam esta entidade estrangeira de pessoas sobre as quais já vieram nos dizer: ‘Bem, sim, mas não se trata mais de imigrantes, agora são franceses’. São esses franceses do tipo Yaka Miam Miam que se tornou secretário do Estado da Integração¹³.

¹² Jean-Marie Le Pen, *Identité*, janeiro, 1990.

¹³ Discurso de Jean-Marie Le Pen à Saint-Franc, *Présent*, 21 e 22 outubro de 1991, p.111.

Mas instaurar-se como salvador, não é somente invectivar o mundo, é também exaltar valores e se fazer de porta-voz deles. Valores comunitários, já que se trata de passar do ressentimento¹⁴ à re-apropriação de uma identidade originária: “sim, nós somos a favor da preferência nacional porque nós somos pela vida contra a morte, pela liberdade contra a escravidão, pela existência contra a extinção”¹⁵. Valores comunitários estes que se apóiam sobre discursos exaltando outros valores como aqueles que remetem à natureza e a tudo o que é original:

Nós somos criaturas vivas. [...] Nós fazemos parte da natureza, nós obedecemos as suas leis. As grandes leis das espécies governam também os homens, apesar de sua inteligência e, às vezes, de sua vaidade. Se nós violarmos estas leis naturais, a natureza não tardará a pedir a sua revanche contra nós. Nós temos necessidade de segurança. E, por isso, nós temos necessidade, assim como os animais, de um território que a garanta para nós.¹⁶

Exaltação igualmente de valores de filiação e de hereditariedade: “Nós acreditamos que a França ocupa um lugar singular na Europa e no Mundo, porque nosso povo resulta de uma fusão única das virtudes romanas, germânicas e celtas.”¹⁷ Ou ainda:

Que se trate aqui, com certeza, de nossa terra, de nossas paisagens exatamente como foram dadas pelo Criador, mas também exatamente como foram defendidas, conservadas e embelezadas por aqueles que povoaram este território há milênios e dos quais somos os filhos.¹⁸

De fato, encontramos essa estratégia discursiva dramatizante em outros líderes políticos sem que seja levada a tais extremos. Neste caso, pode-se dizer que esta estratégia discursiva de tendência populista é constitutiva da demo-

¹⁴ Em relação a esta noção, ver neste mesmo colóquio (Nota da Tradutora: “Pathos em ação: o uso das emoções no discurso”, ocorrido de 23 a 24 de setembro de 2005, em Brest (Universidade da Bretanha ocidental)) a contribuição de Marc Angenot.

¹⁵ *La lettre de Jean-Marie Le Pen* de 15 maio de 1991, p.115.

¹⁶ Discurso de Jean-Marie Le Pen pronunciado na festa dos Bleu-blanc-rouge, in *Présent*, *op.cit.*, p.87.

¹⁷ *Nos valeurs*, La Documentation française, 4 de maio 1988.

¹⁸ Discurso de Jean-Marie Le Pen em Saint-Franc, *Présent*, 21 e 22 de outubro 1991, p.88.

cracia na medida em que o posicionamento da instância política a conduz a se opor a um adversário, a se colocar como líder incontestável e a exaltar valores de idealidade social. O recurso aos efeitos patêmicos é constitutivo do discurso político.

Mas para terminar com uma nota mais positiva desses efeitos patêmicos, citarei o caso da “comandante Esther” mandatária de EZLN, movimento zapatista de libertação nacional dos índios Chiapas conduzido pelo carismático “subcomandante Marcos”. Trata-se de um discurso feito diante dos eleitos pelo povo para a Câmara dos Deputados do México. Ela terminou seu discurso – que era um apelo ao reconhecimento dos índios do México como sendo parte integrante da nação mexicana – gritando, por três vezes, “Viva o México!”, grito que foi repetido em coro, a cada pronunciamento, pela Honorable Assembléia. Ora, este grito é o privilégio do Presidente da República mexicana que, a cada festa nacional, o lança do balcão do edifício da *Constitución*, que é repetido em coro pelo povo reunido na praça. A comandante Esther – é preciso lembrar que ela pronunciou seu discurso mascarada – deixou os deputados de mãos atadas, os fazendo se comunicar emocionalmente com esta índia – bem como com seu discurso por trás do qual se encontrava toda a comunidade indígena – e, ao mesmo tempo, os obrigando a reconhecer que o movimento zapatista não é um movimento de dissidência identitária, mas, ao contrário, de fusão identitária com o povo mexicano. Eis um belo exemplo de estratégia de dramatização no qual vemos se misturar, por uma boa causa, um *ethos* identitário (“Nós, índios Chiapas, fazemos parte do povo mexicano”), um efeito de *pathos* atingindo a fibra patriótica dos deputados (vocês, como nós, celebramos a nação mexicana) e uma ponta de *logos* na exaltação de um idealidade social (a unicidade do povo necessária à constituição da nação).